

José Henrique Mouta Araújo

Vinicius Silva Lemos

# Procedimento Comum no *Processo de Conhecimento*

**2ª edição**

revista, atualizada  
e ampliada

**2023**



**EDITORA**  
*Jus*PODIVM

[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Diagramação:** PC Editorial Ltda. ([pceditorial@gmail.com](mailto:pceditorial@gmail.com))

**Capa:** Maitê Coelho ([maitescoelho@yahoo.com.br](mailto:maitescoelho@yahoo.com.br))

A663p Araújo, José Henrique Mouta.  
Procedimento Comum no Processo de Conhecimento / José Henrique Mouta Araújo,  
Vinicius Silva Lemos – 2. ed., rev., atual. e ampl. – São Paulo: Editora JusPodivm, 2023.  
1152 p.

Inclui Bibliografia  
ISBN 978-85-442-4438-8

1. Direito Processual Civil. 2. Processo do Conhecimento. I. Araújo, José Henrique Mouta. II. Lemos, Vinicius Silva. III. Título.

CDD 341.46

Bibliotecária responsável:

Ana Carolina Ribeiro Mois – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

# SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>PROCESSO DE CONHECIMENTO – PROCEDIMENTO COMUM.....</b>	<b>49</b>
1.1.	Acepções básicas do processo de conhecimento.....	49
1.1.1.	Processo de conhecimento e procedimento.....	51
1.2.	A divisão do procedimento comum do processo de conhecimento em primeiro grau em fases.....	53
1.2.1.	Fase postulatória.....	54
1.2.2.	Fase saneadora ou ordinatória.....	54
1.2.3.	Fase probatória ou instrutória.....	55
1.2.4.	Fase decisória.....	56
1.2.5.	Excepcionalidades: a adoção de técnicas de sumariada- cognitiva.....	56
1.2.5.1.	A estabilização da tutela provisória de urgência ante- cipada em caráter antecedente.....	57
1.2.5.2.	Improcedência liminar do pedido.....	59
1.2.5.3.	Julgamento antecipado de mérito.....	60
<b>2</b>	<b>PETIÇÃO INICIAL.....</b>	<b>61</b>
2.1.	Conceito.....	61
2.2.	Os requisitos da petição inicial.....	62
2.2.1.	Os requisitos intrínsecos.....	63
2.2.1.1.	O juízo a que é dirigida.....	63
2.2.1.2.	Qualificação das partes.....	63
2.2.1.3.	A causa de pedir: o fato e os fundamentos jurídicos do pedido.....	67
2.2.1.4.	O pedido com as suas especificações.....	74
2.2.1.5.	O valor da causa.....	76
2.2.1.6.	As provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados.....	78
2.2.1.7.	A opção do autor pela realização ou não de audiência de conciliação ou de mediação.....	79
2.2.1.8.	A regularidade formal da petição inicial.....	81

2.2.2.	Requisitos extrínsecos .....	81
2.2.2.1.	Os documentos necessários para o protocolo da petição inicial.....	81
2.2.2.1.1.	Documentos para a validade e regularidade do processo.....	82
2.2.2.1.2.	Documentos para a instrução probatória da causa de pedir.....	83
2.3.	Pedido.....	84
2.3.1.	A relação do pedido com os elementos da demanda.....	85
2.3.2.	Pedido imediato e pedido mediato.....	87
2.3.3.	A certeza, a determinação e a coerência do pedido.....	89
2.3.4.	Espécies diversas de pedido.....	90
2.3.4.1.	Pedido genérico.....	90
2.3.4.2.	O pedido de prestações sucessivas.....	91
2.3.4.3.	Pedido implícito.....	92
2.3.4.4.	Pedido alternativo.....	93
2.3.4.5.	Pedido relativo a obrigação indivisível.....	94
2.3.5.	Os limites do pedido: o princípio da adstrição, congruência e correlação.....	94
2.3.6.	A interpretação do pedido.....	97
2.3.7.	O pedido como início da definição do objeto do processo.....	101
2.3.7.1.	O processo objetivamente simples: um só pedido principal entre somente um autor e um réu.....	102
2.3.7.2.	O processo objetivamente complexo: cumulação de pedidos ou partes.....	103
2.3.7.2.1.	Complexidade objetiva por cumulação de pedido.....	104
2.3.7.2.1.1.	Requisitos da cumulação de pedidos.....	106
2.3.7.2.1.2.	Espécies de cumulação de pedidos....	110
2.3.7.2.1.2.1.	A cumulação própria.....	110
2.3.7.2.1.2.1.1.	Cumulação simples.....	111
2.3.7.2.1.2.1.2.	Cumulação sucessiva.....	112
2.3.7.2.1.2.2.	A cumulação imprópria.....	113
2.3.7.2.1.2.2.1.	Cumulação eventual ou subsidiária.....	114
2.3.7.2.1.2.2.2.	Cumulação alternativa.....	116
2.3.7.2.2.	A possibilidade do processo objetiva e subjetivamente complexo: litisconsórcio.....	117
2.3.7.2.3.	Os momentos processuais para a cumulação.....	119

2.3.7.2.3.1.	A cumulação inicial: na petição inicial .....	119
2.3.7.2.3.2.	A cumulação ulterior: em momento posterior à petição inicial .....	120
2.3.7.2.3.2.1.	O aditamento da petição inicial e a possibilidade de ampliação do objeto litigioso do processo pelo autor..	120
2.3.7.2.3.2.2.	O aditamento da petição inicial e a possibilidade de redução do objeto litigioso do processo pelo autor .....	122
2.3.7.2.3.2.3.	A possibilidade de alteração do pedido e modificação do objeto litigioso do processo .....	122
<b>3</b>	<b>MANIFESTAÇÕES DO JUÍZO PERANTE A PETIÇÃO INICIAL.....</b>	<b>125</b>
3.1.	A conclusão da petição inicial para o juízo e a análise perfunctória: o deferimento da petição inicial ou outras condutas.....	125
3.2.	Análise oficiosa de vícios possíveis do juízo ou do juiz: a análise oficiosa da competência e do impedimento/suspeição .....	126
3.3.	Emenda à petição inicial .....	127
3.4.	Indeferimento da petição inicial .....	130
3.4.1.	A inépcia da petição inicial.....	131
3.4.2.	A falta de interesse processual ou legitimidade das partes.....	135
3.4.3.	A não menção da atuação em causa própria do advogado autor .....	135
3.4.4.	O indeferimento por não atendimento aos requisitos da petição inicial .....	136
3.4.5.	O indeferimento parcial da petição inicial .....	137
3.4.6.	O indeferimento da petição inicial e o recurso cabível .....	137
3.5.	Improcedência liminar do pedido .....	138
3.5.1.	Características da improcedência liminar do pedido .....	139
3.5.2.	Requisitos para a improcedência liminar do pedido.....	140
3.5.3.	Hipóteses de improcedência liminar do pedido.....	141
3.5.3.1.	A improcedência liminar do pedido por pedido contrário a solução jurídica firmada em precedente judicial vinculante .....	141
3.5.3.2.	A improcedência liminar do pedido por ocorrência de prescrição e decadência .....	145
3.5.4.	A fundamentação da decisão de improcedência liminar do pedido.....	146
3.5.5.	Os impactos da improcedência liminar do pedido para o réu, o recurso cabível e a possível retratação do juízo .....	148
3.5.6.	O devido processo legal e a improcedência liminar do pedido	149

3.5.7.	Improcedência liminar do pedido parcial .....	150
3.6.	Análise de eventual requerimento de tutela provisória.....	151
<b>4</b>	<b>CITAÇÃO .....</b>	<b>153</b>
4.1.	Conceito geral de citação .....	153
4.1.1.	A citação como consequência do juízo de admissibilidade preliminar positivo da petição inicial .....	154
4.1.2.	A citação e a sua relação como pressuposto processual: entre validade e existência .....	155
4.2.	Efeitos da citação .....	158
4.2.1.	Efeitos processuais .....	158
4.2.1.1.	Induz a litispendência para o réu.....	158
4.2.1.2.	Tornar litigiosa a coisa ou o objeto litigioso do processo.....	159
4.2.1.3.	A preclusão do aditamento e alteração da petição inicial pelo autor.....	160
4.2.1.4.	A irradiação dos efeitos mesmo em citação determinada por juízo incompetente.....	160
4.2.2.	Efeitos materiais .....	160
4.2.2.1.	Constituição em mora.....	160
4.2.2.2.	A relação da determinação judicial pela citação com a interrupção da prescrição.....	162
4.3.	Características da citação .....	164
4.3.1.	Pessoalidade.....	164
4.3.1.1.	A pessoalidade no litisconsórcio passivo .....	166
4.3.2.	O local da citação .....	167
4.3.3.	Impedimentos para a citação.....	167
4.3.4.	Comandos agregados à citação .....	168
4.4.	As espécies de citação .....	169
4.4.1.	Citação por meio eletrônico .....	169
4.4.2.	A citação pelo Correio.....	172
4.4.3.	Citação por oficial de justiça.....	175
4.4.4.	Citação por mandado por hora certa .....	176
4.4.5.	Citação pelo escrivão ou chefe de secretaria .....	178
4.4.6.	Citação por edital.....	179
4.4.7.	Comparecimento espontâneo do réu ao processo.....	181
4.4.8.	A desnecessidade de citação .....	183
<b>5</b>	<b>AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO E MEDIAÇÃO .....</b>	<b>185</b>
5.1.	Conceito .....	185
5.1.1.	Os princípios da autocomposição: conciliação e mediação .....	186
5.2.	Características.....	187

5.2.1.	O rito para sua realização.....	187
5.2.2.	A possibilidade de nova sessão da audiência .....	189
5.2.3.	A diferença entre conciliação e mediação.....	189
5.2.4.	O conciliador ou mediador como realizadores da audiência....	190
5.2.5.	A multa por não comparecimento na audiência.....	191
5.2.6.	A participação das partes e dos advogados .....	192
5.2.7.	A dispensa da realização da audiência de conciliação ou mediação.....	193
<b>6</b>	<b>A RESPOSTA DO RÉU .....</b>	<b>197</b>
6.1.	A resposta do réu como uma exceção: teoria da exceção .....	197
6.1.1.	A exceção vista como todo meio de defesa processual .....	199
6.1.2.	A exceção como matéria específica de defesa: a matéria de direito processual e a matéria de direito material .....	199
6.1.3.	A diferença entre exceção e objeção como defesas.....	201
6.2.	A defesa como matéria e as espécies possíveis .....	203
6.2.1.	A defesa entre admissibilidade e mérito: ou processual e material .....	204
6.2.2.	A defesa dentro da admissibilidade: entre dilatória e peremptória.....	205
6.2.3.	A defesa de mérito: direta e indireta.....	206
6.2.4.	A defesa no aspecto de formação processual: interna ou instrumental.....	207
6.3.	Atitudes do réu no processo: o termo resposta do réu.....	208
6.3.1.	A contestação como a peça de defesa do réu.....	209
6.3.2.	Características argumentativas da contestação.....	210
6.3.2.1.	O princípio da eventualidade ou da concentração da defesa no momento da contestação .....	210
6.3.2.2.	Ônus da impugnação específica.....	213
6.3.2.2.1.	As consequências da falta de impugnação específica dos fatos na contestação .....	214
6.3.2.2.2.	As exceções legais ao ônus da impugnação específica .....	215
6.3.2.3.	As matérias possíveis dentro das espécies de defesa internas da contestação.....	216
6.3.2.3.1.	As matérias impugnativas como preliminares processuais do art. 337 do CPC: defesas sobre a admissibilidade do processo.....	217
6.3.2.3.1.1.	A alegação de inexistência ou nulidade da citação .....	218
6.3.2.3.1.2.	A alegação de incompetência absoluta e relativa.....	220

6.3.2.3.1.2.1.	A possibilidade da distribuição da contestação no juízo de domicílio do réu .....	221
6.3.2.3.1.2.2.	A possibilidade de suscitar a competência adequada na contestação..	222
6.3.2.3.1.3.	A alegação de incorreção do valor da causa .....	223
6.3.2.3.1.4.	A alegação de inépcia da petição inicial .....	225
6.3.2.3.1.5.	A alegação de pressupostos processuais negativos .....	226
6.3.2.3.1.5.1.	Perempção.....	227
6.3.2.3.1.5.2.	Coisa julgada .....	228
6.3.2.3.1.5.3.	Litispêndência .....	228
6.3.2.3.1.6.	A alegação de conexão e continência.	229
6.3.2.3.1.7.	A alegação de incapacidade de parte, defeito de representação ou falta de autorização .....	230
6.3.2.3.1.8.	A alegação de ausência de legitimidade e interesse processual .....	231
6.3.2.3.1.8.1.	A nova forma de alegação de ilegitimidade passiva e a possibilidade de correção do polo passivo e a faculdade do autor sobre a correção: arts. 338 e 339 do CPC.....	232
6.3.2.3.1.9.	A alegação de convenção de arbitragem .....	235
6.3.2.3.1.10.	A alegação de falta de caução.....	238
6.3.2.3.1.11.	A impugnação à concessão do benefício da justiça gratuita .....	238
6.3.2.3.1.12.	A necessidade de contraditório e primazia ao julgamento com resolução do mérito sempre que possível .....	239
6.3.2.3.2.	As matérias impugnáveis como prejudiciais de mérito .....	240
6.3.2.3.3.	As matérias impugnáveis como mérito.	241
6.3.2.3.4.	As matérias impugnáveis em momentos posteriores à contestação: art. 342 do CPC.....	242
6.3.2.3.5.	A defesa complexa em resposta a uma petição inicial com a formação de um processo objetivamente complexo .....	243
6.4.	Formato da contestação e demais regras.....	244



6.4.1.	O prazo da contestação e sua contagem.....	244
6.4.2.	Aditamento e indeferimento da contestação.....	246
6.4.3.	A formação dos pedidos da contestação.....	246
6.4.4.	Interpretação da contestação.....	247
6.4.5.	O momento de produção de provas: geral ou específico .....	248
6.4.6.	O requerimento de intervenção de terceiros.....	248
6.5.	A ampliação do objeto litigioso do processo .....	248
6.5.1.	Reconvenção.....	248
6.5.1.1.	A transformação da reconvenção em uma matéria interna da contestação .....	249
6.5.1.2.	Requisitos para a reconvenção .....	250
6.5.1.3.	Formalidades para a reconvenção .....	253
6.5.1.4.	A análise perfunctória da reconvenção e a intimação para a contestação à reconvenção .....	254
6.5.1.5.	A resposta da reconvenção passa a ser a réplica à contestação .....	255
6.5.1.6.	A possibilidade de reconvenção da reconvenção .....	255
6.5.1.7.	A tramitação das fases saneadora e probatória em conjunto com a demanda principal .....	256
6.5.1.8.	A decisão da reconvenção: entre a unidade da sentença e a decisão parcial.....	256
6.5.1.9.	A reconvenção como ampliação do processo .....	257
6.5.1.9.1.	A ampliação objetiva: o aumento de pedidos a serem julgados .....	257
6.5.1.9.2.	A ampliação subjetiva: a possibilidade inclusão de terceiro na reconvenção.....	258
6.5.1.10.	A possibilidade de protocolo da reconvenção sem apresentar a contestação: peça autônoma de reconvenção .....	259
6.5.1.10.1.	A reconvenção proposta fora da contestação: quais as atitudes possíveis? .....	260
6.5.1.11.	A revelia do autor na reconvenção.....	261
6.5.1.12.	A desistência e a reconvenção: autonomia entre as demandas – principal e reconvincente .....	261
6.5.1.13.	A reconvenção do substituto processual.....	262
6.5.1.14.	A reconvenção como possível ação eventual e subsidiária: a reconvenção <i>ad cautelam</i> .....	262
6.5.2.	O pedido contraposto.....	263
6.5.3.	A formação de títulos judiciais invertidos no pedido contraposto, na reconvenção e nas ações dúplices.....	264
7	<b>PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES PÓS FASE POSTULATÓRIA .....</b>	<b>267</b>
7.1.	Conceito .....	267

7.2.	Os desdobramentos processuais possíveis como providências preliminares.....	269
7.3.	As diferenças entre as providências preliminares.....	270
7.3.1.	As providências preliminares de sanabilidade e a busca pela primazia ao julgamento de mérito.....	270
7.3.2.	As providências preliminares como resoluções incidentais.....	272
7.3.3.	As providências preliminares de desdobramento processual para o juízo de mérito.....	273
7.3.4.	A possibilidade de interligação das providências preliminares diretamente com a fase decisória.....	274
<b>8</b>	<b>REVELIA.....</b>	<b>275</b>
8.1.	Conceito.....	275
8.1.1.	O fluxo do prazo de resposta sem manifestação e a análise do juízo sobre a atitude do réu.....	276
8.2.	Efeitos da revelia: as consequências materiais e processuais.....	277
8.2.1.	O efeito material da revelia.....	277
8.2.1.1.	A ocorrência da revelia com presunção de veracidade dos fatos narrados pelo autor.....	278
8.2.1.2.	A revelia com o efeito material da presunção de veracidade não significa automaticamente vitória do autor e derrota do réu: as possibilidades de improcedência do autor mesmo com revelia e presunção de veracidade.....	279
8.2.1.3.	A possibilidade de contraprova do réu sobre os fatos alegados pelo autor.....	280
8.2.1.4.	A possibilidade de alegar matérias de direito mesmo revel, nos moldes do art. 342 do CPC.....	281
8.2.1.5.	A presunção de veracidade dos fatos pode ser afastada pelo julgador à luz das provas existentes.....	282
8.2.1.6.	A não subsunção do direito alegado como consequência dos fatos narrados pelo autor.....	283
8.2.1.7.	A ocorrência da revelia sem a incidência da presunção de veracidade dos fatos narrados pelo autor.....	283
8.2.1.8.	A possibilidade de presunção de veracidade dos fatos sem a ocorrência de revelia.....	289
8.2.1.9.	A necessidade de produção de provas dos fatos narrados pelo autor mesmo com o réu revel pela não incidência dos efeitos materiais da revelia.....	289
8.2.1.10.	Situações diferenciadas: esvaziamento dos efeitos materiais na ação rescisória, mandado de segurança e desapropriação.....	290
8.2.1.10.1.	A revelia e a ação rescisória.....	290

	8.2.1.10.2. A revelia e o mandado de segurança.....	291
	8.2.1.10.3. A revelia e a ação de desapropriação.....	294
8.2.2.	Efeitos processuais decorrentes da revelia.....	295
	8.2.2.1. A fluência do prazo do réu revel: as possibilidades previstas do efeito processual da revelia.....	295
	8.2.2.2. Intervenção do réu revel: entre o réu já habilitado e a possibilidade do réu se habilitar posteriormente à revelia.....	296
	8.2.2.3. A preclusão da alegação das matérias de defesa.....	297
	8.2.2.4. As consequências processuais do efeito material da revelia: possibilidade de julgamento antecipado do mérito pelo art. 355, II do CPC.....	298
	8.2.2.5. A desnecessidade do desentranhamento da contestação apresentada intempestivamente.....	299
8.3.	Considerações gerais sobre a revelia.....	300
	8.3.1. A alteração do objeto litigioso do processo pelo autor com réu revel: art. 329, II do CPC.....	300
	8.3.2. A revelia como impedimento à extensão da coisa julgada à resolução da questão prejudicial incidental: art. 503, §1º, II do CPC.....	300
	8.3.3. Revelia e a reconvenção.....	302
	8.3.3.1. A revelia pela não apresentação de contestação e apresentação somente de reconvenção.....	302
	8.3.3.2. Revelia do autor na reconvenção.....	303
<b>9</b>	<b>RÉPLICA.....</b>	<b>305</b>
	9.1. Conceito.....	305
	9.2. A análise judicante sobre a apresentação da contestação e as suas possibilidades.....	306
	9.2.1. A réplica pela alegação do réu de preliminar processual constante no art. 337 do CPC.....	307
	9.2.2. A alegação específica de ilegitimidade passiva e a réplica disposta no art. 338 do CPC.....	308
	9.2.3. A réplica pela alegação do réu de fatos novos, com modificação, extinção ou impedimento do direito do autor.....	309
	9.2.4. A réplica pela alegação do réu com a juntada de documentos pelo réu na sua contestação.....	312
	9.2.5. A réplica pela existência de pedido de reconvenção na contestação do réu: a réplica como veículo da contestação à reconvenção.....	313
	9.2.6. A possibilidade de réplica a réplica: a tréplica.....	314
	9.2.7. As regras da contestação e o diálogo da réplica com as mesmas regras.....	315

9.2.8.	As nulidades possíveis da não oportunização da réplica .....	317
<b>10</b>	<b>JULGAMENTOS CONFORME O ESTADO DO PROCESSO.....</b>	<b>319</b>
10.1.	Conceito .....	319
10.2.	O julgamento conforme o estado do processo como uma antecipação da sentença.....	321
10.2.1.	O julgamento conforme o estado do processo e a relação com a resolubilidade fática .....	321
10.2.2.	O julgamento antecipado como um dever do juízo .....	322
10.3.	A extinção do processo pelo julgamento conforme o estado do processo.....	323
10.3.1.	A existência de vícios processuais para a extinção do processo .....	324
10.3.2.	A sanabilidade possível de alguns vícios e a primazia ao julgamento de mérito: art. 352 do CPC.....	325
10.3.3.	A extinção do processo em vícios sanáveis somente em razão da inércia do autor: o art. 352 do CPC como antecedente do art. 354 do CPC .....	326
10.3.4.	A existência de vícios insanáveis e a extinção do processo: o art. 354 do CPC .....	327
10.3.5.	A extinção do processo conforme o estado do processo: um diálogo do art. 354 com o art. 485, ambos do CPC.....	328
10.3.6.	Os julgamentos de mérito constantes no art. 354 do CPC: art. 487, II e III, do CPC .....	330
10.4.	O julgamento antecipado do mérito.....	332
10.4.1.	A necessidade de disposição legal para um julgamento antecipado de mérito .....	332
10.4.2.	A desnecessidade de dilação probatória como base para a antecipação do julgamento de mérito.....	333
10.4.2.1.	O julgamento antecipado pela desnecessidade de produção de outras provas: art. 355, I do CPC.....	333
10.4.2.2.	O julgamento antecipado pela revelia com efeito material e o não requerimento de provas: art. 355, II do CPC .....	336
10.4.3.	A necessidade de decisão-alerta para o julgamento antecipado do mérito.....	337
10.4.4.	A fundamentação decisória dos motivos da antecipação do mérito .....	339
10.5.	O julgamento parcial conforme o estado do processo .....	340
10.5.1.	Os julgamentos totais e parciais .....	341
10.5.2.	O julgamento parcial como consequência do fracionamento decisório: os requisitos para a decisão parcial.....	341
10.5.3.	A definição da decisão parcial – com ou sem mérito – como decisão interlocutória .....	344

10.5.3.1.	A construção da decisão parcial nos mesmos moldes da sentença.....	345
10.5.3.2.	A decisão parcial construída com outro momento decisório .....	345
10.5.4.	A extinção parcial: a decisão parcial sem resolução de mérito.	346
10.5.5.	O julgamento parcial de mérito: a decisão parcial com resolução de mérito .....	349
10.5.5.1.	A decomponibilidade do pedido como um modo de complexidade objetiva do processo e a decisão parcial de mérito.....	354
10.5.5.2.	A prescrição e decadência e a decisão parcial: a decisão que acolhe ou rejeita as alegações.....	355
10.5.6.	Os impactos da decisão parcial nos desdobramentos processuais.....	356
10.5.6.1.	Decisão parcial e o custo do processo .....	356
10.5.6.2.	Decisão parcial e a recorribilidade.....	357
10.5.6.3.	Decisão parcial e a remessa necessária .....	359
10.5.6.4.	Decisão parcial e a coisa julgada .....	360
10.5.6.5.	Decisão parcial e a estabilidade de questões processuais decididas .....	361
10.5.6.6.	Decisão parcial e a ação rescisória .....	362
10.5.6.7.	Decisão parcial e liquidação de sentença .....	365
10.5.6.8.	Decisão parcial e cumprimento de sentença .....	366
10.5.6.9.	Decisão parcial e suspensão por repetitivo .....	368
<b>11</b>	<b>SANEAMENTO E ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO .....</b>	<b>371</b>
11.1.	Conceito .....	371
11.2.	O saneamento por todo o processo e a concentração nessa fase .....	372
11.2.1.	A realização do saneamento e organização do processo somente em hipóteses de não incidência de julgamento conforme o estado do processo .....	373
11.2.2.	O saneamento e organização do processo como uma decisão interlocutória .....	373
11.3.	A importância da prolação da decisão de saneamento e organização do processo .....	374
11.4.	O conteúdo e atividades processuais do saneamento e organização do processo .....	375
11.4.1.	O conteúdo múltiplo da decisão de saneamento e organização do processo e o impacto na recorribilidade.....	382
11.4.2.	A possibilidade da decisão de saneamento e organização do processo conter uma decisão parcial .....	383
11.5.	As diferentes maneiras da construção da decisão de saneamento e organização do processo .....	384

11.5.1.	A decisão de saneamento e organização do processo de maneira unilateral pelo juízo .....	384
11.5.2.	A organização do processo definida pelas partes via negócio jurídico-processual .....	385
11.5.3.	O saneamento compartilhado entre o juízo e as partes em audiência .....	387
11.6.	A possibilidade de revisão da decisão de saneamento e organização: art. 357, § 1º do CPC.....	389
11.6.1.	A estabilização da decisão de saneamento e organização do processo .....	394
11.6.2.	A vinculação do juízo a conteúdo saneado e organizado e seus limites .....	397
11.7.	Saneamento e organização do processo: importante e necessário diálogo com as partes.....	397
11.8.	A pouca utilização da decisão de saneamento e organização do processo no cotidiano forense: causa, efeito e proposta de definição de procedimento da decisão de saneamento e organização do processo .....	398
<b>12</b>	<b>A ESTABILIZAÇÃO DO OBJETO DO PROCESSO</b>	
	<b>PÓS-FASE ORDINATÓRIA.....</b>	<b>401</b>
12.1.	O conceito de objeto do processo .....	401
12.1.1.	O objeto litigioso do processo .....	403
12.1.2.	A diferença entre objeto do processo e objeto litigioso do processo .....	404
12.1.3.	Objeto litigioso do processo simples e complexo .....	406
12.2.	As definições do objeto litigioso do processo.....	408
12.2.1.	O pedido da petição inicial como o início da definição do objeto do processo .....	408
12.2.2.	A possibilidade de o autor ampliar ou reduzir o objeto do processo em momento posterior à petição inicial.....	408
12.2.3.	A possibilidade de aumento do objeto litigioso do processo pelo réu: reconvenção ou pedido contraposto.....	410
12.2.4.	A possibilidade de redução ou divisão do objeto litigioso do processo pela decisão parcial.....	412
12.2.5.	A decisão de saneamento e organização do processo como momento limite para as ampliações ou reduções do objeto litigioso do processo e a sua estabilidade depois da fase de saneamento .....	413
12.2.6.	A relação da sentença com o objeto litigioso do processo.....	414
<b>13</b>	<b>TEORIA GERAL DA PROVA .....</b>	<b>417</b>
13.1.	A prova no processo civil .....	417
13.1.1.	A palavra prova e a sua acepção.....	418
13.1.2.	A relação da prova com o fato.....	419

13.1.2.1.	A definição de fato para o processo .....	420
13.1.2.2.	Objeto da prova: fato da causa como <i>thema probandum</i> .....	423
13.1.2.3.	Características do fato como <i>thema probandum</i> : relevância, controvérsia e determinação .....	424
13.1.2.4.	A relação do fato com a produção de provas.....	426
13.1.2.5.	As diferentes espécies de fatos .....	429
13.1.2.5.1.	Fatos positivos ou negativos .....	430
13.1.2.5.2.	Fatos jurídicos .....	430
13.1.2.5.3.	Fato da existência de norma jurídica....	431
13.1.2.5.4.	Fatos principais e simples .....	431
13.1.2.5.5.	Prova de fato ocorrido no estrangeiro...	431
13.1.2.5.6.	Os fatos que não dependem de prova ...	432
13.1.2.5.6.1.	Fatos notórios.....	432
13.1.2.5.6.2.	Fato incontroverso.....	433
13.1.2.5.6.3.	Fato presumido .....	434
13.1.2.5.6.3.1.	Fato absolutamente presumido .....	435
13.1.2.5.6.3.2.	Fato relativamente presumido.....	436
13.1.2.6.	A possibilidade de diversos fatos como <i>thema probandum</i> : a complexidade das questões de fato.....	437
13.2.	A prova, o direito à prova e a sua produção .....	438
13.2.1.	O fato, a prova e a busca pela verdade.....	438
13.2.2.	A finalidade da prova.....	441
13.2.3.	A destinação da prova .....	443
13.2.4.	Meios, fontes e conteúdo da prova.....	445
13.2.5.	A prova como direito fundamental das partes.....	446
13.2.6.	A produção da prova pelas partes e a especificação das provas	448
13.2.6.1.	A análise do juízo sobre a especificação de provas: do deferimento e indeferimento das provas.....	449
13.2.6.2.	O indeferimento da produção de provas e a impossibilidade de decidir com base em falta de provas....	451
13.2.7.	A possibilidade de produção de prova pelo juízo .....	451
13.2.7.1.	Aspectos gerais dos poderes instrutórios do juízo....	452
13.2.7.2.	A discussão dos poderes instrutório entre os modelos adversarial e inquisitorial .....	452
13.2.7.3.	A proposição de um modelo cooperativo.....	454
13.2.7.4.	A visão garantista do processo: o processo das partes para as partes.....	455
13.2.7.5.	O poder instrutório do juízo.....	455
13.2.7.6.	A interpretação do poder instrutório do juízo diante dos critérios de limitação e autocontenção .....	458
13.2.7.7.	A relevância sobre quem pleiteou a produção da prova.....	462

13.3.	Procedimento probatório.....	462
13.4.	A análise da prova pelo juízo e a sua valoração.....	464
13.4.1.	O descarte do sistema de tarifação das provas e sistema de convicção íntima do juízo.....	464
13.4.2.	Do livre convencimento motivado (persuasão racional) ao convencimento motivado.....	465
13.4.3.	O modo de realização do convencimento motivado.....	469
13.4.4.	O convencimento motivado e a complexidade de questões de fato.....	471
13.5.	A regra de experiência para a análise da prova.....	471
13.5.1.	Funções das regras de experiência.....	472
13.5.2.	Espécies de regras da experiência.....	473
13.5.3.	Controle das regras de experiência: contraditório e fundamentação.....	474
13.5.4.	As críticas às regras de experiência.....	475
13.5.5.	As regras de experiência e o fato notório.....	477
13.5.6.	As regras de experiência e o indício.....	478
13.5.7.	As regras de experiência e a presunção judicial.....	479
13.5.8.	A relação entre regras de experiência, indício e presunção judicial.....	480
13.5.8.1.	A presunção judicial via prova prima facie e a prova por amostragem.....	480
13.6.	O sistema de carga probatória: o ônus de provar.....	481
13.6.1.	Análises gerais sobre ônus da prova.....	483
13.6.1.1.	Os aspectos do ônus da prova: subjetivo e objetivo..	484
13.6.1.2.	As implicações do aspecto objetivo do ônus da prova.....	485
13.6.1.2.1.	Ônus como regra de julgamento.....	485
13.6.1.2.2.	Ônus como aplicação subsidiária.....	487
13.6.2.	A distribuição do ônus da prova e as suas espécies.....	488
13.6.2.1.	Distribuição estática do ônus da prova.....	488
13.6.2.2.	A distribuição dinâmica do ônus da prova.....	489
13.6.2.2.1.	A inversão do ônus da prova por previsão legal: <i>ope legis</i> .....	490
13.6.2.2.2.	Inversão convencional do ônus da prova.....	491
13.6.2.2.3.	A distribuição dinâmica do ônus da prova pelo juízo.....	493
13.6.2.2.4.	Pressupostos para a redistribuição do ônus da prova.....	496
13.6.2.2.4.1.	Pressupostos formais da redistribuição do ônus da prova.....	496



13.6.2.2.4.2.	Os pressupostos materiais da redistribuição do ônus da prova.....	498
13.6.2.3.	A pluralidade de alegações de fato e a necessidade de redistribuição específica sobre o ônus de cada alegação.....	499
13.6.2.4.	A diferença entre a regra que autoriza a redistribuição do ônus da prova e a regra que redistribui o ônus da prova.....	500
13.6.2.5.	O ônus da prova de fato negativo.....	500
13.6.3.	A redistribuição do ônus da prova e a vinculação desta para o juízo na sentença .....	503
13.7.	Diretrizes do direito probatório .....	503
13.7.1.	Natureza jurídica das normas sobre prova .....	504
13.7.2.	As espécies de provas e a atipicidade das provas .....	505
13.7.3.	A necessidade da licitude da prova ou a proibição de prova ilícita .....	506
13.7.3.1.	Prova moralmente ilegítima.....	507
13.7.3.2.	Análise sobre a ilicitude da prova .....	508
13.7.3.3.	A nulidade da decisão baseada em prova ilícita ou moralmente ilegítima.....	508
13.7.4.	Prova emprestada.....	509
13.7.5.	Preclusão para o juízo em matéria de prova.....	512
13.7.6.	A cadeia de custódia da prova no processo civil .....	515
<b>14</b>	<b>PROVAS EM ESPÉCIE.....</b>	<b>517</b>
14.1.	As espécies de provas ou meios de prova.....	517
14.2.	A produção antecipada de prova.....	517
14.2.1.	A natureza jurídica da ação de produção antecipada de prova .....	518
14.2.2.	A produção antecipada de prova como a junção das ações probatórias .....	524
14.2.3.	Os fundamentos da ação probatória: as possibilidades da ação de produção antecipada de provas.....	525
14.2.4.	O procedimento da produção antecipada da prova .....	528
14.2.4.1.	A petição inicial da produção antecipada da prova..	529
14.2.4.2.	A análise de admissibilidade da produção antecipada de prova pelo juízo, a citação dos interessados e as suas possíveis manifestações/defesas.....	530
14.2.4.3.	A decisão sobre a produção da prova e os recursos cabíveis.....	535
14.2.4.4.	A produção antecipada da prova procedente e a sua realização .....	536
14.2.4.5.	A sentença de homologação da prova produzida e a extinção do processo.....	537

14.2.5. As espécies de prova a serem produzidas na produção antecipada da prova.....	539
14.2.6. A competência para a produção antecipada da prova e a não fixação da prevenção do juízo .....	543
14.2.7. O direito de utilização da prova para qualquer das partes .....	544
14.2.8. Tutela provisória na produção antecipada da prova.....	545
14.2.9. A possibilidade de inclusão de terceiros na produção antecipada da prova .....	546
14.2.10. Autonomia entre a produção antecipada da prova e a ação de direito material do <i>fato probando</i> .....	547
14.2.11. A inviabilidade da produção antecipada de prova de maneira incidental.....	548
14.3. Depoimento pessoal.....	548
14.3.1. Conceito .....	548
14.3.2. A iniciativa do depoimento pessoal: entre requerimento do depoimento pessoal e a determinação de interrogatório pelo juízo.....	549
14.3.3. Os atores do depoimento pessoal .....	551
14.3.3.1. O presentante e o representante da parte.....	551
14.3.4. A recusa do depoente .....	552
14.3.5. O procedimento do depoimento pessoal.....	557
14.3.6. A valoração do depoimento pessoal.....	558
14.4. Confissão .....	559
14.4.1. Conceito .....	559
14.4.2. Os elementos da confissão .....	560
14.4.3. Natureza jurídica da confissão .....	561
14.4.4. Espécies de confissão .....	561
14.4.5. Distinções necessárias da confissão com outros institutos.....	564
14.4.5.1. Confissão e reconhecimento do pedido .....	564
14.4.5.2. Confissão e admissão .....	565
14.4.6. Os requisitos para a confissão .....	566
14.4.7. A eficácia da confissão.....	567
14.4.8. Os limites da eficácia da confissão para o confitente.....	568
14.4.8.1. A confissão por representante e sua eficácia.....	569
14.4.8.2. A irrevogabilidade da confissão e a possibilidade de invalidação da confissão .....	570
14.4.8.3. A invalidação por erro ou coação .....	570
14.4.8.4. A confissão como um ato uno e indivisível .....	572
14.5. Prova testemunhal.....	573
14.5.1. Conceito .....	573
14.5.2. Espécies de prova testemunhal.....	574
14.5.3. A admissibilidade da prova testemunhal.....	575

14.5.4.	Da capacidade da testemunha e as incapacidades, impedimentos e suspeições.....	576
14.5.5.	O requerimento da produção de prova testemunhal e a decisão de deferimento/indeferimento .....	580
14.5.5.1.	A juntada do rol de testemunhas .....	581
14.5.5.2.	A intimação das testemunhas indicadas no rol.....	583
14.5.5.3.	A possibilidade de substituição da testemunha.....	586
14.5.6.	O local da produção da prova testemunhal.....	586
14.5.7.	O momento processual da produção da prova testemunhal.....	588
14.5.8.	O procedimento da produção de prova testemunhal.....	589
14.5.8.1.	Ordem de inquirição.....	589
14.5.8.2.	Qualificação .....	589
14.5.8.3.	Contradita e decisão sobre a contradita .....	589
14.5.8.4.	Compromisso do art. 458 do CPC.....	590
14.5.8.5.	Escusa de depor .....	590
14.5.8.6.	Método de inquirição .....	591
14.5.8.7.	A documentação da produção da prova testemunhal .....	592
14.5.8.8.	O direito da testemunha: certidão de comparecimento e reembolso de despesas.....	593
14.5.8.9.	A possibilidade de acareação entre testemunhas e a oitiva de uma nova testemunha.....	594
14.5.9.	O valor da prova testemunhal .....	594
14.6.	Prova documental .....	595
14.6.1.	Conceito .....	595
14.6.2.	A importância e a utilização da prova documental.....	596
14.6.3.	Classificação do documento: físico e eletrónico .....	597
14.6.4.	Elementos do documento .....	598
14.6.4.1.	O documento e a prova documental .....	599
14.6.4.2.	Distinção da prova documental dos outros meios de prova.....	600
14.6.4.3.	A prova documental e a prova documentada.....	601
14.6.4.4.	A diferença necessária entre documento e instrumento.....	603
14.6.5.	A autoria do documento .....	603
14.6.5.1.	Autoria material e autoria intelectual .....	604
14.6.5.2.	A autoria: entre autógrafo e heterógrafo .....	605
14.6.5.3.	A diferenciação do documento pelo seu autor: documentos públicos e particulares .....	606
14.6.5.4.	A importância da subscrição e identificação da autoria .....	606
14.6.5.5.	Autenticidade.....	607
14.6.6.	Conteúdo.....	608

14.6.6.1. O suporte do documento .....	609
14.6.7. O documento e as suas datas .....	610
14.6.8. A força probante dos documentos.....	611
14.6.8.1. Força probante dos documentos públicos .....	612
14.6.8.1.1. Fé pública e presunção de autenticidade e de veracidade do conteúdo do documento público.....	612
14.6.8.1.2. A escritura pública e a sua força probante.....	613
14.6.8.1.3. O documento público como instrumento público como forma solene do ato jurídico: art. 406 do CPC .....	614
14.6.8.1.4. A irregularidade do documento público.....	615
14.6.8.2. Força probante dos documentos particulares .....	616
14.6.8.2.1. A força probante dos documentos particulares dispositivos.....	617
14.6.8.2.2. A força probante dos documentos particulares testemunhais .....	618
14.6.8.2.3. A força probante do telegrama, radiograma, do fac-símile e dos outros meios de transmissão de dados .....	618
14.6.8.2.4. A força probante das cartas, dos registros domésticos e das notas lançadas pelo credor no documento representativo da obrigação .....	619
14.6.8.2.5. A força probante dos livros empresariais e da escrituração contábil.....	620
14.6.8.2.6. A indivisibilidade do documento particular e da escrituração contábil.....	620
14.6.8.2.7. Os documentos: entre originais, cópias, certidões e traslados.....	621
14.6.9. Os vícios possíveis no documento: entre irregularidade e falsidade.....	622
14.6.10. A formação da produção da prova documental .....	624
14.6.10.1. Os momentos possíveis de juntada da prova documental pelas partes.....	625
14.6.10.2. Juntada de documento em momento posterior à fase postulatória .....	626
14.6.10.3. Os momentos de manifestação da parte adversa sobre a prova documental produzida.....	628
14.6.10.4. As possibilidades impugnativas da parte contrária sobre a prova documental produzida .....	629

14.6.10.5. A decisão sobre a produção de prova documental ...	630
14.6.11. Arguição de falsidade: art. 430 e seguintes do CPC .....	630
14.6.12. Documento eletrônico e a sua regulamentação .....	633
14.6.12.1. A necessidade de sua certificação: autenticidade do documento eletrônico.....	634
14.6.12.2. A segurança e integridade do documento eletrônico.	635
14.6.12.3. Documento eletrônico não certificado.....	636
14.6.13. O processo eletrônico ou processo em autos eletrônicos .....	637
14.6.14. O documento eletrônico no processo em autos de papel.....	638
14.7. Ata notarial.....	638
14.7.1. Conceito .....	638
14.7.2. A legitimidade da ata notarial .....	639
14.7.3. Os fatos que podem ser documentados via ata notarial .....	639
14.7.4. Natureza jurídica da ata notarial.....	640
14.7.5. A utilização da ata notarial no processo .....	641
14.7.6. A diferença da ata notarial da escritura pública .....	642
14.8. Exibição de documento ou coisa.....	643
14.8.1. Conceito .....	643
14.8.2. Meio de prova ou meio de obtenção de prova?.....	644
14.8.3. Legitimidade para a exibição: ativa de quem requerer e passiva de quem for requisitado .....	645
14.8.4. Os requisitos para o requerimento de exibição de documento ou coisa .....	646
14.8.5. O requerimento da exibição de documento ou coisa e os momentos processuais adequados.....	648
14.8.6. As espécies de exibição de documento ou coisa .....	649
14.8.6.1. A requisição de documento como forma de exibição de documento .....	650
14.8.6.2. A exibição de documento ou coisa em face da parte adversa: um incidente processual.....	651
14.8.6.2.1. Procedimento da exibição de documento ou coisa em face da parte adversa.....	652
14.8.6.2.2. O requerimento de exibição formulado em face de terceiro: um processo incidente .....	655
14.8.6.2.2.1. Procedimento da exibição de documento em face de terceiro como processo incidente em um processo existente .....	656
14.8.6.2.3. Exibição de documento ou coisa como um rito de procedimento especial em ação autônoma.....	659

14.8.6.2.3.1.	A equivocada decisão do STJ no REsp 1774987 e a tentativa inadequada de junção da exibição de documento ou coisa com a produção antecipada da prova.....	663
14.8.6.2.3.2.	A decisão do STJ no REsp 1803521 e a construção de uma exibição de documentos ou coisa autônoma pelo rito do art. 396 do CPC.....	667
14.9.	Prova pericial.....	671
14.9.1.	Conceito.....	671
14.9.2.	A perícia como meio de prova e as fontes da prova pericial.....	673
14.9.3.	O perito.....	676
14.9.3.1.	Requisitos para escolha e a nomeação do perito.....	677
14.9.3.2.	Escolha consensual do perito.....	679
14.9.3.3.	Os deveres do perito.....	680
14.9.3.4.	O direito do perito de escusa da nomeação à perícia.....	684
14.9.3.5.	Substituição do perito.....	684
14.9.3.6.	A perícia complexa e a necessidade de nomeação de mais de um perito.....	685
14.9.3.7.	Da substituição do perito pelo perito-testemunha...	686
14.9.3.8.	O assistente técnico.....	688
14.9.4.	Do pedido da produção da prova pericial e os momentos de sua formulação e da decisão de deferimento ou indeferimento.....	689
14.9.4.1.	A decisão sobre deferimento ou indeferimento da perícia.....	690
14.9.5.	O procedimento de produção da prova pericial.....	692
14.9.6.	A avaliação da perícia pelo juízo.....	698
14.9.6.1.	A possibilidade de segunda perícia.....	701
14.9.7.	As despesas da perícia e sua produção.....	703
14.10.	Inspeção judicial.....	705
14.10.1.	Conceito.....	705
14.10.2.	Os fundamentos da inspeção judicial.....	706
14.10.3.	O requerimento da inspeção judicial e a análise judicante ou a possibilidade de inspeção oficiosa.....	707
14.10.4.	O procedimento da inspeção judicial.....	708
14.10.4.1.	O objeto da inspeção judicial.....	709
14.10.4.2.	A inspeção de coisa.....	710
14.10.4.2.1.	A inspeção de coisa como local.....	710
14.10.4.2.2.	A inspeção de coisa como objeto.....	710
14.10.4.2.3.	A inspeção de pessoa.....	710

14.10.4.2.3.1. A inspeção da parte.....	710
14.10.4.2.3.2. A inspeção de terceiro.....	711
14.10.5. A inspeção direta e indireta.....	711
14.10.6. A possibilidade de ser prova principal ou única para o fato controvertido .....	712
14.10.7. Local da inspeção judicial.....	712
14.10.8. A documentação constante nos autos da inspeção judicial: termo circunstanciado .....	712
14.10.9. As partes e sua influência na inspeção: durante a inspeção e posterior à inspeção.....	713
<b>15 A AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.....</b>	<b>715</b>
15.1. Conceito .....	715
15.1.1. A audiência de instrução e julgamento e as demais audiências	716
15.1.2. A inserção equivocada dos dispositivos da audiência no CPC em momento anterior a fase probatória.....	716
15.1.3. A produção das provas e a necessidade (ou não) da audiência de instrução e julgamento.....	717
15.1.4. O juiz como condutor da audiência e o seu poder de polícia ...	718
15.2. O procedimento da audiência de instrução e julgamento .....	718
15.2.1. Designação.....	718
15.2.2. Local da audiência .....	719
15.2.3. Possibilidade de adiamento ou adiantamento.....	720
15.2.4. Pregão .....	720
15.2.4.1. A ausência das partes, dos advogados ou do membro do Ministério Público .....	721
15.2.5. Abertura da audiência e tentativa de conciliação .....	721
15.2.6. Das provas orais .....	722
15.2.6.1. Ordem de produção das provas orais.....	723
15.2.7. Encerramento da produção probatória e os desdobramentos processuais dentro da audiência de instrução e julgamento: razões finais pelas partes e a possibilidade de prolação de sen- tença.....	725
15.2.8. Registro da audiência, assinatura e a intimação de todos os participantes do processo.....	726
15.2.9. A possibilidade da sentença a ser prolatada ser sem resolução do mérito.....	727
15.2.10. A substituição das razões finais orais pela apresentação das razões finais escritas.....	728
15.2.11. A unicidade da audiência a possibilidade de cisão.....	728
15.2.12. Conversão da audiência em diligência em casos excepcionais.	729
15.3. A audiência e os negócios jurídico-processuais.....	729

<b>16</b>	<b>TEORIA DA COGNIÇÃO JUDICIAL.....</b>	<b>731</b>
16.1.	A cognição dentro do processo .....	731
16.1.1.	A cognição num aspecto geral .....	732
16.1.2.	Conceito de cognição judicial .....	734
16.1.3.	Espécies das cognições .....	739
16.1.3.1.	Horizontal e vertical.....	740
16.1.4.	A divisão da cognição em resolução de questões: resolução <i>incidenter tantum</i> e resolução <i>principaliter tantum</i> .....	744
16.2.	A tipologia das questões e a relação com a cognição judicial .....	747
16.2.1.	Questões de fato e questões de direito.....	748
16.2.2.	Questões prévias: preliminares e prejudiciais .....	754
16.2.3.	Questões de mérito .....	757
16.2.4.	Questão principal como o objeto final da cognição .....	760
<b>17</b>	<b>A DECISÃO JUDICIAL .....</b>	<b>763</b>
17.1.	Pronunciamentos judiciais.....	763
17.1.1.	Do pronunciamento judicial sem cunho decisório .....	764
17.1.2.	Do pronunciamento judicial com cunho decisório.....	765
17.1.2.1	Os pronunciamentos judiciais em primeiro grau .....	766
17.1.2.1.1.	Sentença .....	766
17.1.2.1.2.	Decisão interlocutória .....	767
17.1.2.2.	Os pronunciamentos judiciais em Tribunais.....	768
17.1.2.2.1.	Decisão monocrática .....	769
17.1.2.2.2.	Acórdão .....	770
17.1.2.2.3.	As diferentes espécies de decisões .....	771
17.2.	Elementos da sentença ou da decisão.....	773
17.2.1.	Relatório .....	774
17.2.2.	Fundamentação .....	775
17.2.2.1.	A regra da motivação: base constitucional da motivação.....	776
17.2.2.2.	As funções extraprocessual e endoprocessual da fundamentação .....	777
17.2.2.3.	Os fundamentos da decisão .....	778
17.2.2.4.	A relação com os pressupostos e requisitos processuais: a fundamentação da admissibilidade.....	779
17.2.2.5.	A relação com a causa de pedir e o pedido: a fundamentação do mérito .....	780
17.2.2.5.1.	A fundamentação sobre a cognição fática .....	780
17.2.2.5.2.	A fundamentação sobre a cognição jurídica .....	782



17.2.2.5.3.	A fundamentação e a ponderação quando houver colisão de normas.....	784
17.2.2.5.4.	A regulação legal de exemplos de não-fundamentação pelo art. 489, § 1º do CPC ..	785
17.2.2.5.4.1.	A não fundamentação da decisão que se limitar à indicação, à reprodução ou à paráfrase de ato normativo, sem explicar sua relação com a causa ou a questão decidida .....	786
17.2.2.5.4.2.	A não fundamentação da decisão que empregar conceitos jurídicos indeterminados, sem explicar o motivo concreto de sua incidência no caso....	788
17.2.2.5.4.3.	A não fundamentação da decisão que invocar motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão .....	788
17.2.2.5.4.4.	A não fundamentação da decisão que não enfrentar todos os argumentos deduzidos no processo capazes de, em tese, infirmar a conclusão adotada pelo julgador .....	790
17.2.2.5.4.5.	A não fundamentação da decisão que se limitar a invocar precedente ou enunciado de súmula, sem identificar seus fundamentos determinantes nem demonstrar que o caso sob julgamento se ajusta àqueles fundamentos.....	792
17.2.2.5.4.6.	A não fundamentação da decisão que deixar de seguir enunciado de súmula, jurisprudência ou precedente invocado pela parte, sem demonstrar a existência de distinção no caso em julgamento ou a superação do entendimento .....	793
17.2.2.5.4.7.	O rol meramente exemplificativo e a possibilidade de outras .....	796
17.2.2.5.5.	A invalidação da sentença/decisão não fundamentada ou com fundamentação deficiente .....	797
17.2.3.	Dispositivo .....	798
17.3.	A construção de uma sentença: uma ordem cronológica de resolução de questões .....	800
17.3.1.	A decisão/sentença como resposta à jurisdição .....	801
17.3.2.	A norma oriunda da sentença para o caso em concreto e a norma abstrata .....	801

17.3.3.	A resposta à jurisdição meramente processual: a sentença sem resolução do mérito .....	803
17.3.3.1.	A necessidade de contraditório e primazia ao julgamento de mérito em momento anterior à extinção..	805
17.3.3.2.	A relação da sentença sem mérito com as alegações de preliminares de contestação e art. 337 do CPC: entre vícios dilatatórios e vícios peremptórios .....	808
17.3.3.3.	As hipóteses de sentença sem resolução do mérito: art. 485 do CPC .....	810
17.3.3.3.1.	O indeferimento da petição inicial .....	811
17.3.3.3.2.	A ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo .....	812
17.3.3.3.3.	A falta de interesse e legitimidade parcial	814
17.3.3.3.4.	A perempção, a coisa julgada e litispendência.....	817
17.3.3.3.5.	O reconhecimento de convenção de arbitragem ou o reconhecimento pelo árbitro da sua competência.....	819
17.3.3.3.6.	Homologar a desistência da ação .....	822
17.3.3.3.7.	Em caso de morte da parte, a ação for considerada intransmissível por disposição legal .....	823
17.3.3.4.	As matérias cognoscíveis de ofício do art. 485 do CPC	823
17.3.3.5.	A retratabilidade em eventual apelação impugnativa de sentença sem mérito .....	825
17.3.3.6.	A possibilidade de nova proposição da mesma ação julgada sem mérito: art. 486 do CPC.....	825
17.3.3.7.	A situação processual bifurcada entre terminação e resolução: a prioridade ao mérito pelo art. 488 do CPC..	829
17.3.4.	A resposta à jurisdição substancial: a sentença com resolução do mérito.....	829
17.3.4.1.	As diferentes visões de mérito .....	830
17.3.4.2.	O conceito de mérito .....	836
17.3.4.3.	A relação entre a sentença com resolução de mérito e a resposta ao pedido.....	838
17.3.4.4.	O pedido como limitador da resolução do mérito ...	839
17.3.4.5.	O princípio da adstrição, congruência ou correlação.	839
17.3.4.5.1.	As espécies de congruência da sentença.	840
17.3.4.5.1.1.	A congruência externa: os limites impostos pelos arts. 141 e 492 do CPC ..	840
17.3.4.5.1.2.	A divisão entre congruência externa objetiva e subjetiva .....	843

17.3.4.5.1.2.1.	A congruência externa objetiva .....	843
17.3.4.5.1.2.1.1.	As consequências da incongruência externa objetiva.....	843
17.3.4.5.1.2.1.1.1.	A decisão <i>ultra petita</i> .....	844
17.3.4.5.1.2.1.1.2.	A decisão <i>extra petita</i> .....	845
17.3.4.5.1.2.1.1.3.	A decisão <i>citra petita</i> .....	846
17.3.4.5.1.2.2.	A congruência externa subjetiva: a impossibilidade de alcançar terceiros.....	847
17.3.4.5.1.3.	A congruência interna .....	849
17.3.4.5.1.3.1.	A certeza da decisão .....	849
17.3.4.5.1.3.2.	A determinação e a liquidez da sentença.....	851
17.3.4.5.1.3.3.	A coerência da decisão .....	852
17.3.4.6.	As outras resoluções de mérito: art. 487, II e III do CPC .....	853
17.3.4.7.	A complexidade objetiva do processo e a complexidade objetiva da sentença.....	855
17.3.4.7.1.	A teoria dos capítulos de sentença.....	857
17.3.4.7.2.	A complexidade objetiva do processo: entre capítulo processual e capítulo de mérito .....	861
17.3.4.7.3.	A decisão de admissibilidade e a decisão do mérito.....	862
17.3.4.7.4.	A complexidade objetiva litigiosa do processo: a pluralidade de capítulos de mérito .....	864
17.3.4.7.5.	A decisão sobre o pedido implícito e custo do processo .....	865
17.3.4.7.6.	Autonomia e independência entre capítulos de sentença .....	866
17.3.4.7.7.	A complexidade objetiva do processo e a possibilidade de decisão parcial .....	870
17.3.4.7.7.1.	Resposta total ou parcial à jurisdição: sentença como decisão total e a existência de decisão parcial.....	871
17.4.	Interpretação da decisão judicial.....	873
17.5.	Outras classificações de sentenças ou decisões .....	874
17.5.1.	A relação com o mérito: a sentença terminativa e a sentença definitiva.....	874
17.5.2.	A relação com a cognição em profundidade: a decisão definitiva e a decisão provisória.....	876

17.6.	O fato superveniente à decisão e seu impacto no processo .....	878
17.7.	Conteúdo e eficácia da sentença.....	881
17.7.1.	Espécies de sentença quanto ao conteúdo .....	882
17.7.1.1.	Sentença meramente declaratória .....	882
17.7.1.2.	Sentença constitutiva .....	883
17.7.1.3.	Sentença condenatória.....	884
17.7.1.4.	A teoria ternária e a teoria quinária.....	885
17.7.2.	Eficácias da sentença.....	887
17.7.2.1.	Eficácia principal da sentença.....	887
17.7.2.2.	Eficácia reflexa da sentença.....	888
17.7.2.3.	Eficácia anexa da sentença .....	889
17.7.2.3.1.	Eficácia probatória da sentença.....	890
17.7.2.3.2.	Hipoteca judiciária.....	890
17.8.	Os comandos dispositivos nas sentenças condenatórias em ações relativas às prestações de fazer, de não fazer e de entregar coisa.....	892
17.8.1.	A concessão da tutela específica ou determinação de providências que assegurem a obtenção de tutela pelo resultado prático equivalente .....	893
17.8.1.1.	A satisfação específica espontânea.....	895
17.8.1.2.	A determinação na sentença de meios coercitivos e indutivos para o cumprimento da obrigação .....	896
17.8.1.3.	A multa astreinte concedida no comando da sentença .....	896
17.8.1.4.	O resultado equivalente nas obrigações de fazer ou não fazer .....	898
17.8.1.5.	A liberdade do juízo em determinar as medidas e quais medidas na sentença procedente de obrigação de fazer e não fazer.....	899
17.8.1.6.	A determinação de tempo específico para o cumprimento da tutela específica pelo réu vencido .....	899
17.8.1.7.	A conversão da tutela específica em perdas e danos.....	900
17.8.1.8.	A indenização por perdas e danos sem prejuízo da multa astreinte .....	901
17.8.1.9.	A tutela específica contra o ato ilícito.....	902
17.8.1.9.1.	A tutela contra o dano e a tutela contra o ato ilícito: o olhar para o futuro .....	903
17.8.1.9.2.	Os desdobramentos da tutela contra ato ilícito: obrigações positivas ou negativas.....	904
17.9.	Publicação, retratação e integração da decisão .....	904
<b>18</b>	<b>COISA JULGADA .....</b>	<b>909</b>
18.1.	O conceito de coisa julgada.....	909

18.1.1.	A construção do conceito de coisa julgada: os três elementos identificadores .....	913
18.1.2.	Pressupostos de formação da coisa julgada .....	914
18.1.3.	A coisa julgada como indiscutibilidade e imutabilidade da decisão judicial .....	916
18.1.4.	Os efeitos negativos e positivos da coisa julgada .....	917
18.1.5.	Regimes de formação da coisa julgada: coisa julgada <i>pro et contra</i> , <i>secundum eventum litis</i> e <i>secundum eventum probationis</i> ...	918
18.2.	As espécies de coisa julgada .....	920
18.2.1.	Coisa julgada formal.....	920
18.2.2.	Coisa julgada material: a real <i>res judicata</i> .....	927
18.3.	Os limites para a definição da coisa julgada e seus efeitos.....	928
18.3.1.	Limites objetivos da coisa julgada.....	928
18.3.1.1.	A regra da coisa julgada: o caput do art. 503 do CPC .....	929
18.3.1.1.1.	O termo “expressamente decidida” .....	929
18.3.1.1.2.	Força de lei .....	930
18.3.1.1.3.	A questão principal decidida.....	930
18.3.1.1.4.	A decisão de mérito .....	932
18.3.1.1.4.1.	A palavra mérito .....	932
18.3.1.1.4.2.	Breve revisão do conceito de mérito..	933
18.3.1.1.5.	Os limites da regra da coisa julgada .....	935
18.3.1.2.	O regramento especial da coisa julgada: a formação da coisa julgada prejudicial pelo art. 503, § 1º do CPC. ....	935
18.3.1.2.1.	Os requisitos para a formação da coisa julgada prejudicial.....	937
18.3.1.2.2.	A desnecessidade de pedido de formação de coisa julgada prejudicial .....	941
18.3.1.2.3.	A desnecessidade de declaração do juízo da resolução da questão prejudicial no dispositivo decisório .....	942
18.3.1.2.4.	A possível declaração do juízo sobre a resolução da questão prejudicial no dispositivo decisório .....	943
18.3.1.2.5.	A delimitação e alcance material da coisa julgada prejudicial realizada somente em ação posterior por um juízo posterior...	946
18.3.1.2.6.	A manutenção da possibilidade da ação declaratória incidental .....	948
18.3.1.3.	A coisa julgada sobre parcela da jurisdição .....	948
18.3.1.3.1.	A coisa julgada progressiva ou parcial ..	949

18.3.1.3.2.	A coisa julgada da decisão parcial .....	952
18.3.2.	Limites subjetivos da coisa julgada .....	954
18.3.2.1.	A coisa julgada na obrigação solidária: art. 274 do Código Civil .....	956
18.3.3.	Limites temporais .....	957
18.3.3.1.	A ação de trato continuado .....	959
18.3.3.1.1.	O posicionamento do STF quanto a existência de precedente vinculante .....	961
18.3.3.2.	Os meios de controle da coisa julgada via outra ação prevista em lei: art. 505, II do CPC .....	963
18.3.3.2.1.	A ação rescisória .....	964
18.3.3.2.1.1.	A coisa julgada da decisão parcial e a ação rescisória .....	966
18.3.3.2.1.2.	A coisa julgada parcial e progressiva e a ação rescisória .....	967
18.3.3.2.1.3.	A ação rescisória e a coisa julgada meramente formal .....	969
18.3.3.2.2.	<i>Querela nullitatis</i> .....	970
18.3.3.2.3.	Impugnação ao cumprimento de sentença por falta de citação (arts. 525, § 1.º, I, 535, I, ambos do CPC) ou revisão de sentença inconstitucional (arts. 525, § 12, 535, § 5.º, ambos do CPC) .....	973
18.3.3.2.4.	Impugnação com base na existência de erro material .....	977
18.4.	A relação da coisa julgada com a preclusão .....	978
18.4.1.	A relação da preclusão com a coisa julgada .....	979
18.4.2.	A preclusão e as de questões decididas .....	981
18.4.3.	Eficácia preclusiva da coisa julgada .....	983
18.5.	A impossibilidade de coisa julgada .....	986
18.5.1.	A relação entre a remessa necessária e a impossibilidade de formação de coisa julgada da decisão contra a Fazenda Pública antes do duplo grau obrigatório .....	990
<b>19</b>	<b>TUTELA PROVISÓRIA .....</b>	<b>991</b>
19.1.	Conceito e relação com a tutela definitiva .....	991
19.1.1.	A duração demorada do procedimento da tutela definitiva e a alteração do ônus do tempo no processo pela tutela provisória .....	993
19.2.	Os três grandes vértices da tutela provisória .....	994
19.2.1.	O primeiro vértice: a cognição sumária e o juízo de probabilidade .....	995

19.2.1.1.	O juízo de probabilidade e as consequências da cognição sumária: precariedade e inaptidão para formar coisa julgada.....	996
19.2.1.1.1.	Precariedade: modificação ou revogação a qualquer tempo .....	997
19.2.1.1.2.	A inaptidão para a formação da coisa julgada .....	998
19.2.2.	O segundo vértice: as espécies de tutela provisória entre satisfativa/antecipada ou cautelar .....	999
19.2.2.1.	A tutela provisória satisfativa/antecipada .....	999
19.2.2.1.1.	Requisito específico da tutela antecipada: reversibilidade da tutela provisória satisfativa.....	1001
19.2.2.1.2.	Efeitos antecipados da tutela definitiva: a tutela satisfativa .....	1003
19.2.2.2.	A tutela provisória cautelar .....	1004
19.2.2.2.1.	As características da tutela provisória cautelar .....	1005
19.2.2.2.1.1.	Temporariedade.....	1005
19.2.2.2.1.2.	Referibilidade.....	1006
19.2.2.2.1.3.	Acessoriedade .....	1007
19.2.2.2.2.	A inexistência de tutela definitiva cautelar: o esvaimento da tutela provisória cautelar .....	1008
19.2.2.2.3.	A ausência de coisa julgada cautelar.....	1010
19.2.2.2.4.	O equívoco do termo provisório para a tutela cautelar.....	1012
19.2.2.3.	A fungibilidade entre as tutelas de urgência: cautelar e antecipada.....	1013
19.2.3.	O terceiro vértice: os fundamentos para a concessão entre urgência ou evidência.....	1016
19.2.3.1.	A existência de probabilidade do direito em qualquer tutela provisória.....	1016
19.2.3.2.	Urgência.....	1017
19.2.3.3.	Evidência .....	1018
19.3.	Os aspectos processuais da tutela provisória .....	1019
19.3.1.	Legitimidade .....	1019
19.3.2.	Competência para a tutela provisória.....	1020
19.3.3.	O cabimento da tutela provisória e suas relações com os procedimentos .....	1020
19.3.4.	O momento de requerimento da tutela provisória.....	1021
19.3.4.1.	O requerimento incidental.....	1021

19.3.4.1.1.	A tutela provisória requerida na petição inicial .....	1021
19.3.4.1.2.	A tutela provisória requerida após a petição inicial.....	1022
19.3.4.2.	O requerimento antecedente .....	1023
19.3.5.	Momentos para a análise da tutela provisória e possível concessão.	1024
19.3.6.	Manifestação do requerido .....	1029
19.3.7.	Decisão sobre a tutela provisória e sua fundamentação .....	1030
19.3.8.	Recurso sobre a tutela provisória.....	1032
19.3.9.	Responsabilidade civil da tutela provisória .....	1033
19.3.10.	Forma de efetivação .....	1036
19.3.11.	A proibição da concessão de tutela provisória de ofício .....	1037
19.3.12.	Custas processuais e tutela provisória .....	1037
19.4.	O regime da tutela provisória de urgência do art. 300 do CPC .....	1039
19.5.	Os ritos específicos de tutela provisórias de urgência em caráter antecedente .....	1040
19.5.1.	A tutela provisória de urgência antecipada em caráter antecedente.....	1040
19.5.1.1.	A petição pré-inicial e seus requisitos .....	1041
19.5.1.2.	A postura do juízo perante o requerimento antecedente antecipado.....	1042
19.5.1.3.	O desencadeamento lógico procedimental da tutela provisória antecipada antecedente concedida .....	1043
19.5.1.4.	A estabilização da tutela provisória de urgência antecipada requerida em caráter antecedente.....	1046
19.5.1.4.1.	Conceito de estabilização .....	1046
19.5.1.4.2.	Requisitos para a estabilização .....	1050
19.5.1.4.3.	Os níveis de estabilização de acordo com o tempo: entre provisória e definitiva....	1051
19.5.1.4.3.1.	A estabilização provisória: entre a extinção e os 2 (dois) anos do trânsito em julgado da decisão.....	1052
19.5.1.4.3.1.1.	A eficácia enquanto houver inércia das partes.....	1053
19.5.1.4.3.1.2.	A possibilidade de reexame pelo juízo quando houver nova ação – art. 304, § 2º do CPC .....	1054
19.5.1.4.3.1.3.	A impossibilidade de revisão em caráter liminar ou em tutela provisória na nova ação proposta pelo réu anterior	1055
19.5.1.4.3.1.4.	O prazo de 2 (dois) anos e a provisoriedade enquanto sua vigência ....	1056



19.5.1.4.3.2.	A estabilização definitiva: após 2 (dois) anos do trânsito em julgado da decisão estabilizada .....	1057
19.5.1.4.3.2.1.	A estabilização definitiva e a possibilidade de demandar sobre o mérito .....	1058
19.5.1.4.3.2.2.	A impossibilidade de reversão da tutela estabilizada.....	1059
19.5.1.4.3.2.3.	A não formação da coisa julgada mesmo após o lapso de dois anos da estabilização .....	1060
19.5.1.5.	A existência de dois ritos diversos para o caráter antecedente da tutela provisória de urgência antecipada: um rito com estabilização e um rito sem estabilização .....	1062
19.5.1.5.1.	O problema dos prazos de extinção: aditamento do autor e agravo de instrumento do réu.....	1063
19.5.1.5.2.	A tutela provisória de urgência antecipada antecedente com requerimento pela estabilização .....	1066
19.5.1.5.3.	A antecipada antecedente requerida sem estabilização e somente antecipando a cognição definitiva.....	1069
19.5.1.6.	A possibilidade da estabilização por tutela concedida em jurisdição recursal.....	1072
19.5.1.7.	A possibilidade de realizar outros pedidos no aditamento da tutela antecipada antecedente .....	1073
19.5.1.8.	A petição completa em um processo objetivamente complexo e o requerimento de estabilização de um dos pedidos .....	1074
19.5.2.	A tutela provisória cautelar em caráter antecedente.....	1075
19.5.2.1.	A petição pré-inicial da tutela antecedente cautelar .....	1076
19.5.2.2.	A manifestação do juízo sobre a petição pré-inicial cautelar antecedente .....	1076
19.5.2.3.	A citação, as possíveis manifestações do réu e o procedimento da cautelar em caráter antecedente.....	1079
19.5.2.4.	O aditamento da petição pré-inicial e a completude da petição inicial.....	1081
19.5.2.5.	O indeferimento da tutela provisória cautelar antecedente e o aditamento .....	1081
19.5.2.6.	O deferimento da tutela provisória cautelar antecedente e o aditamento.....	1082
19.5.2.7.	O aditamento – em ambas as possibilidades – e a adaptabilidade com o procedimento comum.....	1084

19.5.3.	A fungibilidade entre os ritos antecedentes cautelar e antecipado.	1086
19.5.4.	A cumulação de tutelas provisórias diversas em ritos antecedentes: um procedimento antecedente híbrido entre cautelar e antecipado .....	1087
19.6.	O regime da tutela provisória de evidência .....	1092
19.6.1.	As hipóteses de tutela de evidência do art. 311 do CPC.....	1095
19.6.1.1.	O abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório.....	1096
19.6.1.2.	A utilização de precedentes judiciais vinculantes.....	1097
19.6.1.3.	O pedido reipersecutório em contrato de depósito..	1101
19.6.1.4.	A instrução da petição inicial com documentos sobre os fatos constitutivos do direito do autor e a não impugnação do réu .....	1102
19.6.2.	Momento do requerimento: entre hipóteses liminares e não liminares.....	1104
19.6.3.	A análise do juízo sobre a tutela provisória de evidência .....	1106
19.6.4.	Tutela da evidência cautelar? .....	1107
19.7.	A tutela provisória antecipada contra ato ilícito: um fundamento da tutela provisória de urgência.....	1108
19.7.1.	A tutela específica contra o ato ilícito.....	1108
19.7.1.1.	A tutela contra o dano e a tutela contra o ato ilícito: o olhar para o futuro .....	1109
19.7.2.	A tutela provisória contra o ato ilícito: a visão de urgência existente.....	1110
19.7.2.1.	Tutela provisória antecipada contra o ato ilícito e suas espécies .....	1111
19.7.2.2.	O igual diálogo com a precariedade da tutela provisória contra o ato ilícito.....	1112
19.7.2.3.	A irreversibilidade da tutela provisória antecipada contra o ato ilícito.....	1113
19.7.2.4.	Os desdobramentos da tutela provisória contra ato ilícito: obrigações positivas ou negativas.....	1114
19.8.	A tutela provisória contra a Fazenda Pública .....	1115
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>1121</b>